

ANOS 1990: LÍDERES, PARTIDOS E CLIENTELISMO NO CONTEXTO POLÍTICO DE RORAIMA

The 1990s: LEADERS, PARTIES AND CLIENTELISM IN THE POLITICAL CONTEXT OF RORAIMA

AÑOS 1990: LÍDERES, PARTIDOS Y CLIENTELISMO EN EL CONTEXTO POLÍTICO DE RORAIMA

Roberto Ramos Santos⁴³

RESUMO

Compreender o processo de competição política eleitoral de Roraima nos seus primeiros anos de vida após sua transformação de território federal em estado em 1988 é o foco principal deste estudo. A análise mostra a situação socioeconômica de Roraima com pouca contribuição para a formação do PIB, do setor primário, com baixo padrão tecnológico e pouco investimento de capital, e do setor secundário, constituído em sua maioria pelas micro e pequenas empresas. Também, o predomínio do setor terciário, concentrado fortemente nas atividades relacionadas com a administração pública como carro-chefe da economia; e com impacto no jogo de poder político, as mudanças no padrão demográfico do estado ocorridas na década de 1990. Sobre as características do sistema político de Roraima, destacam-se a autonomia do governo estadual em relação à sociedade civil fraca e pouco articulada e o clientelismo e paternalismo de cunho social eleitoral como modalidades de integração política e fatores de estruturação das opções eleitorais para a maioria da população. Quanto ao comportamento dos partidos políticos, observa-se, a exemplo do que já ocorria nacionalmente, uma baixa institucionalização do sistema partidário local, com as legendas atendendo única e exclusivamente à vontade dos chefes políticos, não se constituindo em organizações autônomas que conseguissem ser elos entre eleitores e estado na transformação de demandas populares em políticas públicas.

Palavras-chave: Roraima. Clientelismo. Líderes. Partidos políticos.

⁴³ Doutor em Ciência Política pela USP, professor titular da Universidade Federal de Roraima e coordenador científico do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa/UFRR). E-mail: roberto.ramos@ufrr.br.

ABSTRACT

The main focus of this study is to understand the political process of electoral competition in Roraima during the first years after its transformation from federal territory to state in 1988. This analysis shows the socioeconomic situation of Roraima, with the primary sector contributing little to the formation of GDP thanks to its low technological standards and scarce capital investment, and the secondary sector mostly made up of small and micro-businesses. It is the tertiary sector that is predominant, and it is strongly concentrated in activities related to public administration. Changes in the state's demographic patterns in the 1990s, however, had an impact on the political arena. The most important characteristics of Roraima's political system are the autonomy of its state government in relation to its weak and poorly coordinated civil society, as well as socio-electoral clientelism and paternalism. These features are the main forces behind the political integration and the structuring of electoral options for the majority of the population. As for the behavior of political parties, there is a low level of institutionalization for the local party system, with party labels simply serving the will of political leaders and not constituting autonomous organizations that could otherwise be links between voters and the state to help transform popular demands into public policies.

Keywords: Roraima. Clientelism. Leaders. Political parties.

RESUMEN

Comprender el proceso de competencia política electoral de Roraima en sus primeros años de vida después de su transformación de territorio federal en estado en 1988 es el foco principal de este estudio. El análisis muestra la situación socioeconómica de Roraima con poca contribución a la formación del PIB (Producto Interno Bruto), del sector primario, con bajo nivel tecnológico y poca inversión de capital; y del sector secundario, constituido en su mayoría por las micro y pequeñas empresas. También, el predominio del sector terciario, concentrado fuertemente en las actividades relacionadas con la administración pública como buque insignia de la economía; y con impacto en el juego del poder político, los cambios en el patrón demográfico del estado ocurridos en la década de 1990. Sobre las características del sistema político de Roraima, destacan la autonomía del gobierno estadual en relación a la sociedad civil débil y poco articulada y el clientelismo y paternalismo de cuño social electoral como modalidades de integración política y factores de estructuración de las opciones electorales para la mayoría de la población. En cuanto al comportamiento de los partidos políticos, se observa, a ejemplo de lo que ya ocurría nacionalmente, una baja institucionalización del sistema partidista local, con las siglas atendiendo única y exclusivamente a la voluntad de los jefes políticos, no constituyéndose en organizaciones autónomas que pudieran ser eslabones entre electores y estado en la transformación de demandas populares en políticas públicas.

Palabras clave: Roraima. Clientelismo. Líderes. Partidos políticos.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo é analisar o comportamento político do estado de Roraima nos seus dez primeiros anos de vida após sua transformação de território federal em estado pela Constituição brasileira de 1988. Nas informações prestadas no texto, destaca-se, em primeiro lugar, a situação socioeconômica pouco evoluída, que se distinguiu, sobretudo, pela presença do setor público na esfera econômica como ramo de atividade predominante. Em seguida, analisam-se os fatores de estruturação política das opções eleitorais, no qual o clientelismo e o personalismo assumiram um papel relevante no modo como se fazia o efetivo processo eleitoral, sem maior identificação partidária ou mesmo nível de polarização, tendências que se verificam nacionalmente.

2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO

Com quinze municípios e 225.116,1 km², o estado de Roraima, que na Amazônia brasileira localiza-se na região mais ao norte, tendo o ponto mais setentrional do país na serra do Caburaí, município do Uiramutã, faz divisa internacional com Guiana e Venezuela, e nacional com os estados do Pará e Amazonas. Embora sua área geográfica seja de grande proporção, comparada com as de outras unidades federativas do país de maior densidade demográfica como os estados do Acre, Pernambuco e Rio de Janeiro, o Censo IBGE 1991 contabilizou em Roraima 217.583 habitantes e o Censo 2000, 324.397 habitantes, correspondendo, respectivamente, a 1,5% e a 1,9% da população nacional. O maior contingente de pessoas, desde o tempo do ex-território, concentra-se na capital, Boa Vista, que, em 1996, pela contagem populacional do IBGE, registrou 153.936 residentes, o que representa 62,3% da população total, seguido dos municípios de Alto Alegre com 13.771 (5,6%); Mucajaí com 10.895 (4,4%); e Caracarái com 9.664 (3,9%) residentes. Pela distribuição por sexo, 51,5% da população estadual era, no mesmo período, composta de homens e 48,5% de mulheres (IBGE, 1997).

Sua taxa de urbanização, em 1991, foi de 67,5% e 76,2% em 2000. Quanto ao peso relativo da população autodeclarada indígena no total da população do estado, o Censo 1991 registrou a taxa de 10,8% e o Censo 2000 de 8,7%. Embora a taxa de população autodeclarada indígena no conjunto da população não fosse relativamente elevada e ainda que apresentasse queda em 2000, Roraima, já nesse período, em termos comparativos, constituía-se, proporcionalmente, o estado mais indígena do Brasil (IBGE, 2004, p. 74-75).

Em 1991, com relação aos níveis de escolaridade, não tinham ensino fundamental 74,8% da população, na faixa etária de 25 anos ou mais, do estado de Roraima; e apenas 11,3% haviam concluído o ensino médio e 2,3%, o ensino superior. Em 2000, com pequena variação, os números indicaram progresso relativo nesse indicador: sem ensino fundamental

63,1%; com ensino médio completo 17,2% e com ensino superior completo 4,1%. Quanto à mortalidade infantil entre crianças com menos de um ano de idade, o registro estadual – no interstício do censo de 1991 ao censo de 2000 – decresceu de 49,3 óbitos por mil nascidos vivos para 29 óbitos por mil nascidos vivos. No mesmo período, a esperança de vida ao nascer subiu de 62,7 anos em 1991, para 68,0 anos em 2000, aproximando Roraima da média nacional; o Brasil, em 1991, registrou taxa de esperança de vida ao nascer de 64,7 anos e de 68,6 anos em 2000. Referente à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH-M de Roraima passou de 0,459 em 1991 para 0,598 em 2000, um acréscimo de 30,3%, contribuindo para reduzir o hiato de desenvolvimento humano no estado.⁴⁴

Quanto às características econômicas de Roraima, a renda média *per capita* em 1991 foi de R\$ 434,24 e de R\$ 462,18 em 2000. A desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini, mostrou evolução de 0,63 para 0,61.⁴⁵ A taxa de pobreza teve queda de 36,75 em 1991 para 33,56 em 2000.⁴⁶ A economia, de modo geral, mostrou-se pouco diversificada, com níveis muito baixos de desenvolvimento. O PIB estadual, em 1995, atingiu o valor de R\$ 1.004,224 milhões e em 2000, R\$ 1.776,656 milhões.⁴⁷

Considerando as contribuições das atividades econômicas para a formação do PIB, entre 1995 e 2000, o setor primário, com baixo padrão tecnológico e pouco investimento de capital, voltado essencialmente para o mercado interno, contribuiu para a formação do PIB estadual com média de 5,5%; a indústria, formada em sua maioria por micro e pequenas empresas, representando o menor polo industrial brasileiro e com produção de alimentos e setores madeireiro e mobiliário como atividades principais, participou da formação do PIB com média de 10,3. O setor de serviços, concentrado fortemente nas atividades relacionadas com a administração pública predominou na formação da economia com média de 80,5%. Dentro da composição do setor terciário, o peso da administração pública na formação do PIB foi de 57% em 1995 e 56,1% em 2000, exercendo papel determinante na geração de emprego e renda (FECOMÉRCIO, 2005; SANTOS, 2011). A participação desse setor na estrutura produtiva do estado, como principal fonte de ocupação da mão de obra assalariada, definia a economia local como de *contracheque*, que movimentava com maior volume de vendas o comércio de Boa Vista e dos demais núcleos urbanos do estado na semana de pagamento ao funcionalismo público (SANTOS, 1998).

Na Tabela, verifica-se que, no período compreendido entre 1980 e 2000, o estado de Roraima sofreu um vertiginoso crescimento demográfico; em números absolutos, a população do estado quase triplicou de tamanho entre 1980 e 1991, e cresceu mais da metade entre 1991 e 2000. Em termos relativos, o primeiro período intercensitário registrou taxa básica de crescimento de 174,86% e o segundo, embora bem menos acelerado, mostrou aumento de 49,09% (para ver a evolução demográfica em Roraima no período 1970-2007, cf. Silva,

⁴⁴ Cf. dados socioeconômicos de Roraima <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/roraima>.

⁴⁵ O Índice de Gini é uma medida variável de 0 a 1, em que zero corresponde a uma completa igualdade da distribuição de renda e 1 à mais completa desigualdade.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/roraima>. Acesso em: 14 maio 2018.

⁴⁷ Dados repassados pela Coordenação Geral de Estudos Econômicos Gerais-Seplan/RR via e-mail em 29 maio 2018.

2008). Comparando o dinamismo demográfico de Roraima com os demais estados da região Norte, fica evidenciado na Tabela que foi o mais acelerado no período 1980-1991 com registro de taxa média geométrica de crescimento anual de 9,20. Para o segundo período intercensitário, entre 1991-2000, o seu desempenho só não foi maior do que o desempenho populacional do estado do Amapá, que registrou taxa média geométrica de crescimento anual de 5,71. A Tabela evidencia, ainda, que os percentuais de crescimento da região Norte foram maiores do que os percentuais mostrados pelo Brasil.

Tabela – População residente e taxa de crescimento populacional (1980-2000) no Brasil e região Norte

Unidades	Ano			Variação				Taxa média geométrica de crescimento anual(*)	
	1980	1991	2000	1980/1991		1991/2000		1980/1991	1991/2000
				Número absoluto	%	Número absoluto	%		
Brasil	119.002.706	146.825.475	169.799.170	27.822.769	23,37	22.973.695	15,64	1,77	1,61
Reg. Norte	5.880.268	10.030.556	12.900.704	4.150.288	70,57	2.870.148	28,61	3,85	2,57
Rondônia	491.069	1.132.692	1.379.787	641.623	130,65	247.095	21,81	7,64	2,22
Acre	301.303	417.718	557.526	116.415	38,63	139.808	33,46	2,83	3,27
Amazonas	1.430.089	2.103.243	2.812.557	673.154	47,07	709.314	33,72	3,44	3,29
Roraima	79.159	217.583	324.397	138.424	174,86	106.814	49,09	9,20	4,62
Pará	3.407.391	4.950.060	6.192.307	1.542.669	45,27	1.242.247	25,09	3,61	1,99
Amapá	175.257	289.397	477.032	114.140	65,12	187.635	64,83	4,38	5,71
Tocantins	739.049	919.863	1.157.098	180.814	24,46	237.235	25,79	2,02	2,57

Fonte: Censos Demográficos 1980/2000; (*) Santos (2011, p. 291).

São pelo menos três fatores que explicam a mudança no padrão populacional do estado de Roraima: primeiro, os programas federais de distribuição de terras na Amazônia, que trouxe para essa região, desde a segunda metade do século XX, pequenos agricultores interessados em participar da política do país de colonização rural (BARBOSA, 1993); segundo, o fluxo migratório que teve lugar nos anos 1980, com o *boom* do garimpo motivado pela corrida do ouro (NOGUEIRA; VERAS; SOUZA, 2013); terceiro, a migração induzida por governantes nos anos 1990, que atraiu um número substancial de imigrantes a Roraima em busca de terra e trabalho. Esses imigrantes, geralmente de baixa renda e pouco grau de instrução; ainda em grande parte vindos de outros estados da região Norte e principalmente da região Nordeste (o Maranhão e o Ceará responsáveis pela maioria) (SILVA; LACERDA; DINIZ, 2012), foram atraídos pelo poder público estadual com a promessa de ser Roraima uma terra de muitas oportunidades. Porém, como Roraima era um estado novo e ainda possuía o menor colégio eleitoral do país, os chefes políticos visavam atrair novos eleitores para maximizarem suas bases de sustentação eleitoral, ampliando, sem medida, a esfera de atuação da máquina do governo estadual, com políticas assistencialistas. Barbosa (1993), ao analisar a política de imigração do governo estadual nos anos 1990, concluiu:

Na esperança da oportunidade de receber um lote de terra agrícola, os novos migrantes ficam à mercê da política paternalista do governo local. Esta política é vultuosamente continuada com a distribuição de cestas básicas de alimentação e de lotes urbanos na periferia da capital, Boa Vista, para onde geralmente se dirigem inicialmente os recém chegados. Esta forma paternal de relaxamento das tensões sociais na periferia, obviamente não negada pela população descapitalizada que ali se encontra, tem como efeito instantâneo o aumento drástico do cinturão de pobreza em volta da cidade, pois apenas uma parcela dos migrantes consegue ser atendida de imediato. (BARBOSA, 1993, p. 190).

3 ATORES E PARTIDOS POLÍTICOS NO CONTEXTO ESTADUAL

Na década de 1990, a característica principal do sistema político de Roraima era a existência de um governo estadual com grande margem de autonomia diante de uma sociedade civil fraca e pouco articulada. O cenário político estadual mostrava, ainda, a permanência de um Brasil arcaico, cujo povo, excluído de maior participação social nas esferas econômica e política, ficava sempre esperando os líderes que controlavam e usufruíam os benefícios do poder público estadual. Sem dúvida, o clientelismo e o paternalismo de cunho social eleitoral foram, nesse período, as maiores modalidades de participação e integração política da maioria da população.

Nos anos 1990, outro aspecto particular dessa conjuntura política estadual era a presença nas eleições de políticos “paraquedistas”; candidatos que vinham ao estado somente para concorrer à vaga de deputado federal ou senador. Esses políticos, em grande medida, não apresentavam compromissos políticos com bases eleitorais locais, desenvolviam suas campanhas com discurso amorfo, sem atender qualquer demanda social ou apresentar propostas que pudessem propiciar no estado a geração de emprego e renda, fazendo uso mais de recursos econômicos próprios utilizados como moeda de troca na disputa por voto circunstancial. Foi assim que o usineiro alagoano João Lyra, sogro de Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor de Mello, apresentou-se ao eleitorado roraimense, em 1990, para concorrer a uma vaga de senador pelo PSC. Nessa mesma eleição, Júlio Cabral, filho do então ministro da Justiça e senador pelo estado do Amazonas, Bernardo Cabral, foi eleito deputado federal pelo PTB com a terceira maior votação estadual (2.875 votos). Também ganharam as eleições de 1990 para deputado federal, o paulista Avenir Rosas (PDC), o gaúcho João Batista Fagundes (PMDB) e o pernambucano Marcelo Luz (PDS).⁴⁸

Em 1994, o político paraquedista de mais envergadura com recursos políticos próprios a concorrer às eleições no estado de Roraima foi o advogado e administrador de empresas Moisés Lipnik (PTB), colombiano, naturalizado brasileiro e radicado em São Paulo. Moisés Lipnik, que já havia sido deputado estadual em São Paulo em 1986, no início da década de

⁴⁸ A lista de “paraquedistas” contou, ainda, com a presença do paulista Jorge Yunes (PDS), do ex-deputado paulista Moisés Lipnik (PTB) e do amazonense Tomé Mestrinho (PSDB) para o Senado; e do paraense Henry Kayath e do alagoano Mário Mello na disputa para à Câmara dos Deputados.

1990, transferiu seu domicílio eleitoral para Roraima e foi, em 1994, o deputado federal mais votado com 14.349 votos, quase o dobro da votação adquirida pelo segundo colocado, o deputado Luís Barbosa Alves do PTB, que obteve 7.542 votos. Em 1998, quem no estado disputou o processo político, apresentando-se com perfil paraquedista, foi o empresário chinês, naturalizado brasileiro e com negócios econômicos em outros estados, Chhai Kwo Chheng; ele, embora fosse desconhecido do eleitorado roraimense, se candidatou ao Senado pelo Partido Popular Socialista (PPS) em aliança com o PT e PSB. Chheng, com 28.429 (23,8%) votos, foi nessas eleições, entre cinco concorrentes, o segundo mais votado, atrás do roraimense Mozarildo Cavalcanti (PPB), eleito com 44.652 (37,4%) votos. Na década de 2000, Chheng, que já respondia por mais de cem ações trabalhistas no Ceará, foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público Federal no estado do Maranhão sob a acusação de estelionato, fraude e formação de quadrilha (LOBATO; SCOLESE, 2001).

O cálculo estratégico dos políticos paraquedistas, vindos de outros estados da federação movidos somente pela oportunidade de adquirir em Roraima uma cadeira parlamentar no Congresso, estava na “despolitização” e no tamanho do eleitorado local. Em 1990, o colégio eleitoral de Roraima somava apenas 86.226 eleitores e em 1998, 170.620 (TSE). Pelo tamanho reduzido desse eleitorado, o cálculo dos políticos paraquedistas assentava-se na ideia de que poderia ser mais fácil e vantajoso “comprar” um número moderado de votos em localidades do país eleitoralmente super-representadas, menos urbanizadas e desenvolvidas – que ainda não apresentavam uma base política classista definida –, do que concorrer às eleições em estados maiores permeados por organizações profissionais, conflitos sociais evidentes e interesses de classes bem mais definidos. Vale reforçar que a presença de políticos paraquedistas atuando no sistema político estadual fragilizava muito mais sua estrutura de representação política, minando os esforços de construção de uma representação efetiva do eleitorado.

3.1 Líderes principais

A clivagem política do estado nos anos 1990 foi dividida, sobretudo, em torno de dois grandes líderes: Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá. Ambos apresentavam certo controle sobre as bases eleitorais distribuídas na capital e no interior. Ottomar e Jucá, enraizados na estrutura política dos municípios roraimenses, caracterizavam-se pelo modo tradicional de fazer política, um perfil próximo do que poderíamos definir, no contexto eleitoral brasileiro, como de clientelismo e forte personalismo. Essencialmente pragmáticos e raramente ideológicos, esses políticos faziam uso literal do estilo patrimonialista do bem público, adotando políticas como troca de favores e esperando nas eleições, o reconhecimento e lealdade de sua clientela na hora do voto.

Embora fossem de gerações diferentes (Ottomar Pinto era 23 anos mais velho que Romero Jucá), e ainda que o primeiro, no seu relacionamento direto, pessoal, com cada eleitor fosse mais claramente identificado com o populismo, esses dois líderes tinham a mesma formação política nordestina; nasceram no estado de Pernambuco e, por sua ligação com o regime militar e com políticos nacionais à direita, migraram para Roraima no fim do período

autoritário, onde foram governadores biônicos no ex-território.⁴⁹ Em 1990, Ottomar e Jucá se confrontaram pela primeira vez nas eleições estaduais – as primeiras por voto direto. O resultado do pleito deu, no segundo turno, a vitória a Ottomar (PTB) com 32.506 (53%) votos contra 28.993 (47%) votos adquiridos por Romero Jucá (PDS). Ottomar de Souza Pinto entrou para a história de Roraima como o primeiro governador eleito por voto direto. Ottomar foi ainda prefeito de Boa Vista em 1996 e, na década seguinte, foi novamente governador de Roraima pelo PTB em 2004⁵⁰ e pelo PSDB em 2006.⁵¹ Romero Jucá, por três eleições consecutivas (1994, 2002 e 2010) tem sido eleito senador da República pelo estado.

O terceiro líder com mais influência em Roraima foi Neudo Ribeiro Campos, que governou o estado por duas legislaturas, 1995-1998 e 1999-2002. Engenheiro civil, Neudo Campos foi o primeiro roraimense a ser governador estadual. Eleito em 1994 com o apoio de Ottomar Pinto, procurou utilizar-se da mesma prática de fisiologismo para consolidar sua liderança política, usando a máquina estatal e a troca de favores como forma de obter dividendos eleitorais. Na década de 2000, Neudo Campos, que se elegeu deputado federal em 2006 pelo PP, teve de responder a quase vinte processos criminais por formação de quadrilha, peculato e estelionato, que o levaram à prisão pela primeira vez em 2003 com a Operação Praga do Egito da Polícia Federal, mais conhecida como Escândalo dos Gafanhotos. Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de desviar dos cofres públicos estaduais, entre 1998 e 2002, mais de R\$ 100 milhões em um esquema de corrupção que consistia no cadastramento de servidores “fantasmas” na folha de pagamento do governo para distribuir entre deputados da Assembleia Legislativa e outras autoridades graduadas do estado verbas públicas em troca de apoio político (TEIXEIRA, 2016).

3.2 Características dos partidos políticos

Na década de 1990, a autonomia política e o personalismo de Ottomar Pinto, Romero Jucá, Neudo Campos e outros líderes locais diminuam, sem medida, o espaço de atuação das organizações partidárias estaduais. Os partidos em Roraima atuavam como figurantes no processo político, sem conseguirem ser o elo entre eleitores e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo organizações que competissem por voto e estivessem sempre sujeitas a conflitos políticos internos, normalmente realizadas pelos grupos que aspiram à hegemonia no partido. A característica de atuação no Estado foi a da modalidade de partidos débeis que atendiam única e exclusivamente à vontade do seu chefe político, sem desenvolver nenhuma atividade burocrática para o funcionamento eleitoral da agremiação.

⁴⁹ Ottomar foi nomeado governador do ex-território em 1979, no mandato do presidente João Figueiredo, e Romero Jucá em 1988 no governo do presidente José Sarney.

⁵⁰ Em 2002, embora fosse apontado como favorito nas pesquisas de opinião, Ottomar perdeu as eleições de governador para Flamarion Portela (PSL), mas assumiu o governo estadual em novembro de 2004, após decisão do Tribunal Superior eleitoral (TSE) que cassou o mandato de Flamarion Portela por crime eleitoral.

⁵¹ Em decorrência de problemas cardiorrespiratórios, o governador Ottomar Pinto, no exercício de seu mandato, faleceu em Brasília em dezembro de 2007; assumiu o estado em seu lugar o vice-governador José de Anchieta Júnior (PSDB).

O comportamento eleitoral dos principais partidos em contenda – PPB, PFL, PTB, PMDB e PSDB – revelava um quadro bastante característico disso e demonstrava também ter um arcabouço de domínio familiar, que parecia fundir, nas particularidades do estado, interesses pessoais e política partidária. Em 1995, o senador Romero Jucá e o ex-governador, no antigo território Getúlio Cruz, dirigiam a aliança PSDB-PFL, com participação da esposa do senador na época, Teresa Surita (PSDB), ex-prefeita de Boa Vista, eleita em 1992, e candidata ao governo estadual em 1998; o irmão do ex-governador Getúlio Cruz, o deputado federal Salomão Cruz (PFL) e seu primo, o vereador da capital Homero Cruz (PFL).

Ottomar Pinto era quem ditava as regras no PTB, que contava também com a presença da sua filha, a vereadora de Boa Vista eleita em 1996, Otília Pinto. A esposa de Ottomar, a senadora Marluce Pinto, controlava o PMDB, e seu ex-aliado político, Neudo Campos, era o líder mais ativo no PPB, legenda que tinha a filiação da esposa, Suely Campos,⁵² e participação da cunhada, vereadora Maria Luíza Campos.

Certamente alguns desses partidos políticos em outros estados da federação tinham melhor estrutura organizativa e eram mais programáticos na busca de votos; mas em Roraima não demonstravam ter nenhum tipo de recurso político para atuar eleitoralmente, a exemplo, financeiro, número de militantes e assessoria de imprensa (cuja atividade é mostrar à sociedade a melhor imagem do partido), com o intuito de mobilizar os eleitores; e pelo grau acentuado de elitismo de seus líderes, estavam eles sempre distantes de estabelecerem vínculos mais efetivos com o eleitorado.

Se na década de 1990 já era visível à efetiva fragilidade dos partidos políticos no estado, no passado também não foi muito diferente. O PSD, a UDN e o velho PTB, criados no quadro institucional brasileiro de 1945 e com expressiva importância no período democrático, que vai da ditadura de Vargas ao regime militar de 1964, tiveram no antigo território de Roraima as mesmas características do subsistema partidário de 1990: a falta de participação social, personalismo político e fragilidade programática. Os partidos surgiram em Roraima, como observa Castro (1995), sem que a população do território os conhecesse ou tivesse alguma forma de relacionamento com eles. A despeito do perfil dessas agremiações no país,⁵³ segundo Castro (1995, p. 38), “o aparecimento das seções territoriais dos partidos foi o resultado de uma disputa rígida da pequena elite local, que competia a todo custo querendo governar o território ou assumir os cargos públicos”.

Embora possamos neste artigo considerar Roraima regionalmente um estudo de caso, sabemos que suas particularidades refletem, em grande medida, o subdesenvolvimento do sistema partidário brasileiro, que, mesmo na democracia atual, não conseguiu obter, ainda, um grau razoável de consolidação política, conforme Kinzo (1993) e Mainwaring (2001) analisam em seu estudo o baixo grau de consolidação do sistema partidário brasileiro.

⁵² Em 2002, Suely Campos foi eleita deputada federal pelo PFL; em 2008, tornou-se vice-prefeita de Boa Vista pelo PP e em 2014 venceu as eleições para o governo do estado também pelo PP, tornando-se a primeira mulher a dirigir Roraima.

⁵³ Sobre o desempenho nacional do PSD, UDN e PTB no quadro partidário de 1945 a 1964, cf. Benevides (1981; 1989), D’Araújo (1989), Dulci (1986), Hippólito (1985) e Lippi (1973).

3.3 Práticas de nepotismo e clientelismo

Carente de ações mais voltadas para o fortalecimento do exercício pleno da cidadania, no que se refere à ampliação e efetivação dos direitos sociais, e para o princípio do universalismo de procedimentos como requisito de seleção, por mérito e não por indicação, para atuar no âmbito da administração pública, a política roraimense, nos anos 1990, baseava-se, sobretudo, no nepotismo e na utilização excessiva de recursos clientelísticos. Nomear parentes e amigos para posição de poder era algo comum encontrado na maioria das administrações municipais e estaduais. Os mandatos de Ottomar Pinto e Neudo Campos podem ser tomados como ilustração: Ottomar Pinto, quando governador nomeou ou contratou irmão, filhos, genros, cunhados, sobrinhos e outros parentes para diversas secretarias e autarquias estaduais (cf. BRAGA, 2002). Neudo Campos, ainda em seu primeiro mandato, em 1997, favoreceu seus parentes com cargos relevantes nas Secretarias da Fazenda, de Administração, Educação, Bem-Estar Social e Gabinete Civil. Na Secretaria de Estado da Fazenda, encontrava-se, talvez, o exemplo mais notório de favorecimento familiar: o titular da pasta, casado com a sobrinha do governador Neudo Campos, que também ocupava cargo de confiança na Secretaria de Educação, exercia a função de secretário estadual da Fazenda sem possuir nenhum curso superior (cf. O GOVERNO..., 1997, p. 4).

Destacamos que o nepotismo desse período não era algo novo na história de Roraima, nem tampouco na história do Brasil; que já registrava muitos casos desse tipo desde o Império e a República Velha.⁵⁴ Freitas (1991) faz referências à sua utilização no ex-território de Roraima quando os vários governadores designados para essa região traziam montada sua equipe de trabalho, geralmente composta por amigos e parentes.

No que diz respeito ao uso do clientelismo na relação com o eleitorado, era mais do que comum entre políticos roraimenses, nos anos 1990, conquistar ou manter o poder local aliciando votos mediante a prestação de assistência a todo tipo de clientela, desde os mais pobres, ansiosos por qualquer benefício, até os que procuravam favores específicos do Estado, cujas demandas só poderiam ser atendidas no âmbito da política administrativa e influência política por meio de cargos. O paternalismo dos políticos roraimenses permeava todas as camadas sociais, criando raízes mais profundas ao estabelecer vínculos que pareciam não ter fim.

No vai e vem da política local, tudo era pedido e muito se conseguia. O empreguismo e a utilização assistencialista de verbas públicas para formação de clientelas eram mais do que práticas comuns na capital e no interior. Os pedidos por benefícios materiais chegavam a beirar os extremos, indo do mais simples ao mais complexo, do mais barato ao mais caro, dependendo somente da necessidade e do grau de conhecimento de quem os pedia, e do poder aquisitivo e prestígio de quem os doava. Ao lado dos pedidos tradicionais como dinheiro, emprego público, remédios, roupas, internações hospitalares e urnas funerárias para parentes, encontravam-se, também, conserto de automóveis, auxílio para casamento, festas de

⁵⁴ Sobre a prática de nepotismo na política brasileira, ver, entre outros, os estudos de Cintra (1974) e Soares (1973).

aniversário, passagens aéreas e televisores em cores que, no período, não era ainda um objeto de consumo comum nas residências de baixa renda. No interior do estado, a máquina do governo estadual, sempre identificada com a “generosidade” do seu titular, distribuía para a população em geral lotes de terra e para os produtores rurais instalados, gado, insumo e sementes. Em Boa Vista, além da doação de crédito social e de cestas básicas, que em 1996 totalizou 180 mil unidades,⁵⁵ havia a realização de festas populares em datas comemorativas, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Funcionário Público e o Dia das Crianças, com sorteio ou distribuição de presentes pelo governador, como automóveis, geladeiras, material de construção e brinquedos.

Talvez pelo estabelecimento de uma política mais voltada para o exercício do clientelismo de cunho pessoal e práticas de nepotismo que impedem na democracia o universalismo de procedimentos – baseado nas normas impessoais – e o insulamento burocrático, com racionalidade e especialização técnica, se desenvolverem como requisitos essenciais à prática de um bom governo (NUNES (1999), o poder público estadual não foi capaz de fomentar, na década de 1990, instrumentos de planejamento e promoção eficiente do desenvolvimento regional, para que Roraima alcançasse um processo de crescimento sustentável. Os governadores do período não se preocuparam em criar na sua gestão um quadro favorável ao dinamismo e modernização econômica, apesar de terem realizado, com ajuda do governo federal, algumas ações de melhoria da infraestrutura na malha viária do estado, como na BR-401, que liga Boa Vista a Lethem (Guiana), e na BR-174, que liga a Manaus e Venezuela; também no setor de energia elétrica, com a assinatura do acordo Brasil-Venezuela, que permitiu Boa Vista e mais nove municípios do estado receberem linhas de transmissão de energia do país vizinho, produzida pelo Complexo Hidrelétrico de Guri.

Na análise geral desse período, o que se observa mais na realidade social e econômica do estado é a ausência, quase completa, de projetos modernizantes que pudessem atrair empreendimentos produtivos privados, nacionais e estrangeiros; ou mesmo, estimular a produção local, dando ao setor produtivo estadual condições de crescimento para gerar mais emprego e renda. O estado, ao contrário, permaneceu na década de 1990, dependente dos recursos correntes transferidos pela União, que, por ano, representavam em seu orçamento cerca de 80% contra 20% de receitas próprias.⁵⁶

A ineficiência do poder público estadual em estabelecer uma política estratégica de crescimento econômico para Roraima, possibilitando que o estado aumentasse sua participação no cenário econômico brasileiro, baseia-se efetivamente no desinteresse dos governantes em romper com práticas políticas viciadas pelo paternalismo, que geralmente condicionam a mudança econômica à sobrevivência do chefe político no poder e, também, dos seus aliados, muitos deles pertencentes à elite empresarial local. Os empresários roraimenses, no contexto estadual, não apresentaram, na década de 1990, projetos autônomos

⁵⁵ Dados coletados na Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) pelo autor em pesquisa de campo realizada em 1997.

⁵⁶ Essa proporção foi calculada e repassada ao autor pela Seplan, que tem como base de dados, o balanço geral do estado, exercícios de 1990 a 2000, incluindo despesas diretas da União e transferência de recursos pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE).

de desenvolvimento e a maioria sobreviveu ligada à máquina do governo estadual, esperando a distribuição de verbas públicas por meio de subsídios e privilégios, em forma de contratos e prestações de serviços.

A institucionalização do modelo Estado intervencionista, que caracterizou o Brasil desde os anos 1930, sinalizava o descompasso da política local com a esfera federal. Enquanto o governo de Roraima, na década de 1990, reforçava a dependência dos empresários acostumados a viver sob o esquema estatal, retirando do poder público algum tipo de vantagem em uma arena contextualmente distributiva, o governo federal, na época dirigido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), período 1995-2002, dava sinais de esgotamento desse tipo de administração pública estruturada na benevolência do Estado. O presidente Fernando Henrique Cardoso, pela ótica neoliberal, realizou programa de reestruturação do setor público brasileiro, reduzindo a máquina burocrática e função empresarial do Estado, com a privatização de empresas públicas do setor financeiro, energia, transporte e comunicações.

O modo paternalista de dominação política encontrado em Roraima nos anos 1990 operava a sociedade sem consolidar direitos, enfraquecendo instituições que se constituem em traços essenciais da democracia. Como ressalta Martins (1982), as instituições democráticas, em contextos desse tipo, são preservadas na forma e destruídas no conteúdo, a começar pela importância e necessidade do voto. “De direito a ser livremente exercido, o voto se transforma em meio de pagamento, de tal modo que, ao entregar sua contraprestação, o pseudocidadão não faz mais do que cumprir com um dever incutido na relação clientelista” (MARTINS, 1982, p. 19). Assim, com base na utilização “natural” dessa política, não era difícil encontrar em Roraima o que Falcão e Lavareda (1986) definiram como “eleitor sem voto”. Uma modalidade identificada na sua origem nos grotões do Nordeste brasileiro, que fazia subsistir na cultura política regional traços do coronelismo, cuja preferência eleitoral, na hora de expressar o voto na urna, era determinada antes pela sua precária condição de vida, associada ao uso da máquina pública e ao domínio econômico do chefe político que procurava, a todo custo, deixar sob sua dependência, a população pobre sujeita a uma interminável concessão de favores.

3.4 Comportamento da sociedade civil e participação eleitoral dos partidos de esquerda

Talvez pelo desempenho fraco de sua economia e pelos fatores de estruturação política dominante, Roraima, na década de 1990, não assistiu ao surgimento de uma classe de trabalhadores urbanos mais politizados, nem tampouco aos movimentos de trabalhadores rurais que pudesse apresentar, na clivagem política regional, uma pauta própria de reivindicação de interesses, capaz de influenciar o jogo de competição democrática ou mesmo chamar a atenção da mídia nacional e internacional como ocorreu no Acre, desde os anos 1980, com o movimento dos seringueiros sob a liderança de Chico Mendes. Também em outras partes do país, com o conflito mais aberto entre camponeses e empresas agrícolas e latifundiários.

Os sindicatos urbanos, a maioria ocupando prédios públicos emprestados pelo governo estadual, não tinham presença política relevante na sociedade; desenvolviam suas atividades sem o reconhecimento efetivo de classe e com pouca capacidade de exercer influência sobre as eleições e sobre a elaboração e implementação de políticas públicas governamentais. O único sindicato que conseguiu obter algum destaque no período pela mobilização de seus filiados, gerando incômodo ao poder público e maior interesse de cobertura dos canais de mídia, foi o dos Trabalhadores em Educação, o Sinter, que, em 1995, realizou greve geral por quarenta e cinco dias, paralisando grande parte das escolas públicas estaduais (cf. PROFESSORES..., 1995).

Quanto aos estudantes, apresentavam-se amorfos à confrontação ideológica, não havia movimentos organizados no período que demonstrassem sua participação efetiva na política roraimense, mesmo com a presença no estado de uma universidade federal, de uma escola técnica federal e de núcleos secundaristas.

A estrutura de participação dos estudantes na política obedecia a objetivos meramente instrumentais, um padrão de relacionamento que não ultrapassava o acesso ao paternalismo público. Sobre as associações de moradores, que em geral surgem das bases populares para reivindicar direitos – expressando sentimentos de insatisfação com os que administram a coisa pública e à espera de soluções para os problemas de infraestrutura urbana criados com a expansão capitalista –, em Roraima muitas delas foram iniciadas pela vontade de líderes políticos para garantir o controle e fortalecer suas condições de poder em localidades urbanas. A maioria dos presidentes de associação de moradores da capital, Boa Vista, ocupava o cargo de agente comunitário, uma espécie de representante do poder público municipal ou estadual que recebia remuneração para prestar serviço social em seu bairro; mas quando o agente comunitário mostrava-se, nas eleições, mais independente ou contrário aos interesses clientelísticos de quem rodeava o poder, a saída para solucionar o problema, por parte do governante, era sempre promover nova cooptação política ou mesmo exclusão do líder comunitário do acesso a qualquer tipo de benefício dos recursos públicos.

O único tema que polarizou, nos anos 1990, o debate político em Roraima foi o da demarcação das terras indígenas. A maior parte da classe política e dos empresários estaduais posicionava-se radicalmente contrária ao tipo de demarcação, em área contínua, proposta pela Funai, que recebia o apoio da Diocese de Roraima, dos movimentos indígenas organizados e organizações nacionais e estrangeiras ligadas à preservação socioambiental na Amazônia. A maioria dos políticos e empresários, defendendo os interesses dos setores produtivos dominantes, utilizava argumentos favoráveis ao direito de ocupação das terras indígenas pelos fazendeiros e arroteiros que já possuíam empreendimentos comerciais nas áreas a serem demarcadas; além de disseminar, no conjunto da sociedade e entre as forças militares, a possível ameaça que a demarcação exerceria à segurança nacional, com a ideia de que a saída dos produtores das terras indígenas e a proibição da livre circulação dos brasileiros poria em risco a soberania do país em seu território, facilitando a cobiça dos estrangeiros pela riqueza do subsolo e a desnacionalização da Amazônia. Outro argumento frequentemente usado pelos empresários e pela classe política, que recebia o apoio do poder público estadual, era o

prejuízo que a economia do estado teria caso fosse concretizada a expulsão das forças produtivas das terras indígenas. Esse era o pensamento da Associação Comercial e Industrial de Roraima, Federação dos Agricultores, Associação dos Pecuaristas, Associação de Arroz Irrigado, Sindicato dos Madeireiros, Sindicato da Construção de Estradas, Sindicato dos Lojistas e Sindicato dos Garimpeiros (SANTOS, 2013).

Nesse debate, quanto à posição política do maior partido de esquerda no plano estadual, o PT, embora não ficasse à margem dessa discussão e fosse favorável à luta indígena, não conseguiu eleitoralmente fazer sua bandeira de luta a agenda de reivindicação dos índios. Talvez isso se explique pela própria dificuldade da seção estadual do partido em estabelecer novas identidades políticas, superando, como partido de massa criado em São Paulo no início dos anos 1980, o discurso generalista de luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora; observando melhor seu entorno amazônico e fronteiriço, para incorporar, na clivagem política regional, a representação de outros segmentos sociais, sendo também capaz de integrá-los, socializá-los e mobilizá-los para o jogo de competição democrática.

Foi a Igreja Católica o principal apoio dos movimentos indígenas de Roraima, sobretudo o Conselho Indígena, o CIR,⁵⁷ na defesa da demarcação e homologação dos territórios indígenas. Por assumir uma posição clara de organização dos povos indígenas e de confronto ideológico com os agentes econômicos e políticos notadamente favoráveis à exploração e expropriação das terras indígenas,⁵⁸ a Igreja Católica, no debate político, foi alvo constante de acusação por parte das elites econômica e política e por segmentos locais da imprensa (MONGIANO, 2011) de promover tensões sociais, insuflando os indígenas, principalmente, na região Raposa Serra do Sol, área de maior conflito ao norte do estado.

A Raposa Serra do Sol, com extensão territorial de 1,7 milhão de hectares, é espaço de moradia em quase 200 comunidades dos povos indígenas Macuxi, Ingarico, Patamona, Taurepang e Wapixana.⁵⁹ Em fevereiro de 1995, o bispo diocesano de Roraima, Dom Aldo Mongiano, recebeu da Assembleia Legislativa do estado moção de repúdio pela sua atuação e da Igreja Católica no conflito. O autor da proposta, deputado Berinho Bentim (PSD), ao citar, no plenário, o nome de Dom Aldo como *persona non grata*, em comentário à Folha de Boa Vista disse que “não se poderia em nenhum momento mais continuar aceitando a influência de Dom Aldo que sempre foi nocivo à sociedade roraimense” (ASSEMBLÉIA..., 1995, p. 3). Na Câmara dos Deputados, deputados de Roraima acusavam também a Igreja Católica de manipular os indígenas, servindo aos interesses estrangeiros que estavam de olho nas riquezas minerais do subsolo amazônico (ALMEIDA, 1995). Contra o discurso político dominante, Dom Aldo Mongiano comentou:

⁵⁷ Criado em 1990, o Conselho Indígena de Roraima com o apoio da Igreja tornou-se uma das organizações mais combativas na luta pela garantia dos direitos e fortalecimento da autonomia dos povos indígenas em Roraima.

⁵⁸ Vasconcelos (1996) analisa sobre a participação da Diocese de Roraima no processo de organização dos povos indígenas do estado. O autor mostra que a participação relacionava-se com a opção pelos pobres feita pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e conferências latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979).

⁵⁹ A Reserva indígena Raposa Serra do Sol foi legalmente demarcada em dezembro de 1998 no governo Fernando Henrique Cardoso, mas o decreto de homologação só foi publicado, no Diário Oficial da União, em dezembro de 2005 no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (LEAL, 2012).

Em Roraima não existe clima de conflito social. Quem fala desta maneira quer só impedir o processo de demarcação das terras indígenas ou alterar quanto já foi realizado. Não existem interesses estranhos ao Brasil nas intenções daqueles que lutam pela causa indígena. Há só a justa reivindicação dos índios sobre suas terras, sua cultura e possibilidade de viver com dignidade. [...] uma vida organizada conforme sua cultura, sem paternalismos da sociedade branca e também sem corruptores ou interesseiros escusos. Os índios querem ser escutados em suas pretensões e aspirações e querem participar nas decisões que lhes dizem respeito. [...] A atuação da Diocese não é para promover revolta, como irresponsavelmente afirmam algumas pessoas interessadas em criar tensões, nem visa inúteis vinganças, mas só a promoção da dignidade humana que os índios vão adquirindo, pelo conhecimento de seus direitos. Só assim eles chegarão a participar ativamente no desenvolvimento do nosso território. (MONGIANO, 2011, p. 106, 159).

Quanto à participação eleitoral do PT e de outras agremiações de esquerda com diretório na capital e organização em outros municípios do estado e militância que mais, claramente, se opunham ao clientelismo praticado pelas oligarquias, especialmente a militância ligada ao PT, PCdoB e PSTU, numericamente maiores no período, pode-se dizer que os votos adquiridos por esses partidos com o resultado das urnas foram na década de 1990 de pouca expressão. Só nas eleições municipais de 1996, é que uma das legendas, o PT, conseguiu eleger em Boa Vista um vereador, que depois, por meio de um arco de alianças com o PHS, PMN, PCdoB e PTdoB, foi deputado estadual em 2002, o sindicalista do Sinter, que no período também era ligado à Igreja, Antônio Francisco Beserra Marques, o Titonho.

O fato de o PT haver conseguido eleger, na capital, um vereador sem uso de máquina política clientelista fez a ala mais à esquerda do partido apostar, como estratégia de maximização eleitoral, mas sem o necessário aprofundamento social para produzir o efeito esperado, na política de criação de fóruns populares para discutir os problemas urbanos de Boa Vista; e também, na formação de oposição às diretorias de base clientelística em associações de moradores como forma de provocar mudanças que evidenciassem, na sociedade civil, sinais de rupturas nas amarras da dependência.

Como ressalta Fontes (1998, p. 44, 46): “A identidade do movimento popular constitui um dos pilares básicos para a estruturação de sua capacidade de luta. [...] A atividade reivindicativa do movimento é instrumento importante para a promoção do sentimento de cidadania.” A possibilidade de maior autonomia dos movimentos sociais organizados em Roraima seria importante para abrir espaço ao surgimento de novos canais de relacionamento entre sociedade e Estado, no qual o padrão de subserviência fosse gradualmente substituído pela negociação e participação política nas decisões de governo. Findaram os anos 1990 e isso não aconteceu, o estado de Roraima continuou a desenvolver políticas de clientelismo e paternalismo, que, em 2018, são ainda visíveis na conjuntura política estadual, em grande medida, com estruturação das preferências eleitorais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciano Mendes de. Desagravo ao bispo de Roraima. **Folha de S. Paulo**, 18 mar. 1995, Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/18/opiniaio/6.html>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- ASSEMBLÉIA Legislativa aprova moção de repúdio à Petrobrás e à diocese de Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 22 fev. 1995.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **O PTB e o trabalhismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRAGA, Olavo Viana. **Momentos da história de Roraima**. Manaus: Ed. Silva, 2002.
- CASTRO, Mauro Silva de. **Política e população em Roraima, 1943-1962**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologia de Pesquisa)– Universidade Federal Rural de Roraima, Boa Vista, 1995.
- CINTRA, Antônio Octávio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALAN, Jorge (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difel, 1974.
- D'ARAÚJO, Maria Celina S. de. **A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1961**. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1989.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG/Proed, 1986.
- FALCÃO, Joaquim; LAVAREDA, Antônio. A volta das eleições para o governo estadual e a vitória do PDS 1982. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Org.). **Poder e voto: luta política em Pernambuco**. Recife: Massangana, 1986.
- FECOMÉRCIO. Federação do Comércio do estado de Roraima. **Roraima: economia e mercado 2005**. Boa Vista, RR, 2005.
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. A estrutura organizacional das Associações políticas voluntárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, out. 1996.
- FREITAS, Aimberê. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. Boa Vista: Ed. Boa Vista, 1991.
- O GOVERNO, o nepotismo e a xenofobia. **O Diário**, Boa Vista, 10 out. 1997.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformista: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

IBGE. **Contagem da população 1996.** Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Democrático 2000.** Rio de Janeiro, 2004.

LEAL, Maria do Socorro P. **Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense.** Boa Vista: EdUFRR, 2012.

LIPPI, Maria Lúcia. **O Partido Social Democrático.** 1973. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1973.

LOBATO, Elvira; SCOLESE, Eduardo. PF prende acusado de fraude em projeto no Maranhão. **Folha de S. Paulo**, 7 dez. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u27391.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

KINZO, Maria d’Alva Gil. **Radiografia do quadro partidário brasileiro.** São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1973.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARTINS, Carlos Estevam. Prefácio. In: DINIZ, Eli. **Voto e máquina política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre a profecia e martírio.** Boa Vista: Diocese de Roraima, 2011.

NOGUEIRA, Francisco M. Mendes; VERAS, Antônio T. de Rezende; SOUZA, Carla Monteiro de. Roraima no contexto das migrações: impressões da (re)configuração espacial entre 1980 a 1991. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 27., 2013, Natal, RN. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

PROFESSORES mantêm greve e dizem que a adesão é de 80%. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 17 mar. 1995.

SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos. **Brasil e Venezuela: cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas-Roraima-Bolívar-Orinoco.** 2011. 397 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Universidade de Brasília, 2011.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima, 1970-2000.** Boa Vista, EdUFRR, 2013.

SANTOS, Roberto Ramos. Novos atores e velhas políticas: o contexto eleitoral de Roraima. **Política Hoje**, Recife, n. 8-9, 1998.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes da. Roraima: evolução demográfica entre 1970 e 2007. In: SILVA, Paulo Rogério de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Roraima, 20 anos: as geografias de um novo estado**. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

SILVA, Romerito V. da; LACERDA, Elisângela G; DINIZ, Alexandre Magno A. Migrações internas e seus impactos no estado de Roraima. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 16., 2012, Belém, PA. **Anais...** Belém, 2012.

SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

TEIXEIRA, Amanda. Justiça Federal expede novo mandado de prisão contra Neudo Campos. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 4 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Justica-Federal-expede-novo-mandado-de-prisao-contr-Neudo-Campos/15254>>. Acesso em: 16 maio 2018.

VASCONCELOS, André dos Santos. Diocese de Roraima: a participação da igreja no processo de organização dos povos indígenas do estado. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 2, p. 53-64, 1996. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/915/755>>. Acesso em: 16 maio 2018.